

Resumo

Este estudo analisou as barreiras técnicas no acesso a dados de julgados dos Tribunais de Justiça (TJs) brasileiros, contrastando-as com as práticas de órgãos referência em dados abertos (IBGE e DATASUS). A metodologia incluiu análise documental e comparativa de portais e sistemas. Os resultados identificaram a predominância de formatos não estruturados (PDF), a ausência de APIs públicas e a fragmentação da governança de dados como entraves centrais. Concluiu-se que estes fatores comprometem a transparência e a pesquisa jurimétrica, sendo urgente a implementação de APIs e a padronização de metadados.

Palavras-chave: Dados Abertos, Poder Judiciário, Transparência, Jurimetria

1. INTRODUÇÃO

A disponibilização de dados públicos é um pilar da transparência. No Brasil, os Tribunais de Justiça (TJs) operam como ilhas de dados digitais, com informações aprisionadas em formatos inadequados e sem padronização. Este trabalho analisou criticamente os entraves técnicos e estruturais no acesso a dados judiciais, contrastando-os com as práticas de órgãos benchmark em dados abertos (IBGE e DATASUS).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi conduzida por meio de análise documental e comparativa. Foram analisados os portais e sistemas de uma amostra de Tribunais de Justiça, com foco em aspectos técnicos e de usabilidade. Esta análise foi contrastada com a documentação técnica e as interfaces (APIs) de órgãos consagrados em dados abertos, o IBGE e o DATASUS.

Os critérios de análise basearam-se nos princípios de dados abertos da Open Knowledge Foundation, incorporando também evidências do Relatório do CNJ sobre o tema (LAWGORITHM, 2020).

3. CONCLUSÃO

Concluiu-se que a ausência de dados jurídicos estruturados e acessíveis compromete gravemente a transparência ativa do Judiciário, limita o controle social e inviabiliza o desenvolvimento de ferramentas de jurimetria. A superação deste cenário é viável e urgente, exigindo: (i) a implementação de APIs públicas; (ii) a adoção de formatos abertos e padronização nacional de metadados; e (iii) uma interpretação da LGPD que equilibre a proteção de dados com o interesse público, utilizando a anonimização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). 2011.

IBGE. Portal de APIs do IBGE. 2025. Disponível em: <https://servicodados.ibge.gov.br/api/docs/>

DATASUS. Informações de Saúde - TabNet. 2025. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>

LAWGORITHM. Relatório sobre Acesso a Dados de Processos Judiciais no Brasil. CNJ, 2020.

OKFN. Open Knowledge Foundation. 2025. Disponível em: <https://okfn.org/>

STJ. Dados Abertos do STJ. 2025. Disponível em: <https://dadosabertos.web.stj.jus.br/>

Em ordem alfabética, conforme a ABNT.